



PLATAFORMA DA CES SOBRE O FUTURO DA EUROPA

PLATAFORMA DA CES SOBRE O FUTURO DA EUROPA

Nós, os sindicatos europeus, queremos uma União Europeia e um mercado único baseados na cooperação, solidariedade e justiça social – uma União Europeia capaz de competir no mundo com um modelo económico e social sustentável.

Juntos somos mais fortes – economicamente, socialmente e democraticamente. A UE não consegue alcançar padrões de vida mais elevados para todos sem uma integração mais justa e uma convergência ascendente.

Merecemos uma União Europeia melhor para os seus cidadãos e trabalhadores.

A UE REAGE À SUA CRISE

A crise económica, o desemprego elevado, a exclusão social e o descontentamento geral – juntamente com a crise dos refugiados, o Brexit e o terrorismo: tudo isto gera uma crise de confiança na UE entre os seus trabalhadores e cidadãos e alimenta os sentimentos de populismo, nacionalismo e xenofobia. Fronteiras físicas e culturais são reintroduzidas, conflitos e divergências entre Estados Membros bloqueiam o progresso de projectos comuns. A Europa é responsabilizada por todos os problemas que afectam actualmente as pessoas, embora a maior parte da responsabilidade seja das decisões tomadas pelos governos e instituições nacionais. O processo decisório da UE foi enfraquecido e os mecanismos intergovernamentais introduzidos após a crise económica substituíram muitas vezes o método comunitário consagrado nos tratados europeus, privando assim os cidadãos do controlo democrático sobre as decisões europeias. Tornou-se perfeitamente claro que até que a economia recupere e as políticas neoliberais e de austeridade tenham parado, e até que o desemprego, a pobreza e a fragmentação social sejam combatidos, o medo, a incerteza e a ira dos trabalhadores não serão substituídos pela esperança de um futuro melhor.

A União Europeia encontra-se agora numa encruzilhada: ou se reforma e reformula numa Europa mais justa e mais social, ou cai por terra.

Não obstante, as sondagens demonstram que o Brexit levou a um maior apoio da UE por parte dos cidadãos de vários Estados Membros. Existem desafios e oportunidades à nossa frente e teremos que trabalhar em conjunto para construir uma alternativa positiva.

Os principais sucessos do processo de integração europeu (tais como a paz e a democracia – o mercado único e a cooperação económica – os elevados níveis de educação, a inovação, os desenvolvimentos tecnológicos – a protecção dos direitos humanos e um modelo social plenamente funcional – e a liberdade de circulação) fizeram da Europa um lugar excelente para se viver: esta herança não deve ser comprometida.

É preciso mudar urgentemente, e o movimento sindical europeu contribui para a mudança, juntamente com outros que se preocupam com o futuro da Europa.

RELANÇAR A UE: UMA PLATAFORMA SINDICAL PARA O FUTURO DA EUROPA

Reformular a Europa, relançar o projecto europeu. São tarefas que requerem políticas diferentes, regras diferentes e uma maior participação dos cidadãos, trabalhadores e seus representantes.

Exige uma maior convergência ascendente em termos de condições de vida e de trabalho entre países e dentro de cada país, bem como uma menor desigualdade e uma maior coesão económica e social. Terão que ser concebidos melhores padrões de vida para as pessoas e implementadas políticas mais robustas para consegui-los.

A UE poderá ser novamente acarinhada pelos trabalhadores e cidadãos se encontrar e oferecer soluções concretas para os seus problemas e se contribuir para empregos de qualidade e pleno emprego – oportunidades económicas/sociais iguais – protecção social – segurança e bem-estar pessoal.

Propomos um novo Pacto para o Futuro da Europa, baseado na prosperidade, justiça social e democracia.

CRESCIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL PARA A CRIAÇÃO DE EMPREGOS DE QUALIDADE E MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

A UE reagiu à crise económica global centrando-se apenas nas restrições orçamentais do sector público e nas exportações – as reformas estruturais para a flexibilidade do mercado de trabalho, os cortes na despesa pública, nos serviços e na protecção social, a depressão salarial e o desmantelamento da negociação colectiva têm sido as principais ferramentas de adaptação.

Isto não só não resolveu nenhum dos problemas que a nossa economia enfrenta, como ainda levou a uma recuperação mais pobre, estagnação e deflação, níveis inaceitáveis de desemprego e precariedade, pobreza e exclusão social.

Chegou a hora de apostar no crescimento sustentável – que para nós significa empregos de qualidade, condições de trabalho justas, igualdade no mercado de trabalho e na sociedade, inclusão social e integração para todos. Significa também uma agenda económica global e europeia diferente, destinada a proporcionar melhores condições de vida e de trabalho às pessoas. Para alcançar tudo isto, são necessárias algumas medidas urgentes.

É necessário **um plano extraordinário para o investimento e a criação de empregos de qualidade**, o qual já foi proposto pela CES na sua iniciativa intitulada ‘Um Novo Caminho para a Europa’, lançada em 2013. **O investimento público deve ser reforçado**, sendo também esta a única forma eficaz de desencadear o investimento privado. O ‘Plano Juncker’ deve ser redireccionado para os países e sectores mais carentes – especialmente agora que a segunda fase foi anunciada – apoiando simultaneamente uma política industrial europeia, ao passo que a quantidade de recursos públicos disponíveis deve ser aumentada consideravelmente.

A fim de permitir aos Estados Membros investir, **o Pacto de Estabilidade e Crescimento deve ser reformulado**, através da revisão e adaptação dos seus alvos ao actual contexto macroeconómico e da introdução de uma ‘regra de ouro’ estável e transparente para a flexibilidade, excluindo dos alvos do défice e da dívida o investimento produtivo para infraestruturas materiais e imateriais, a economia verde, a inovação e pesquisa, a educação e formação, as infraestruturas sociais e os serviços públicos.

Para além disto, **a própria União Europeia deve poder mobilizar o investimento público** para projectos transnacionais, através da emissão de fundos de investimento do Banco Europeu de Investimento (BEI) e da criação de um orçamento europeu autónomo e uma Tesouraria do Euro.

É necessária uma **coordenação da tributação**, bem como o combate à evasão fiscal, a garantia de uma tributação justa e progressiva para pessoas e empresas e a prestação de apoio ao orçamento da UE.

O papel fundamental dos serviços públicos, eficientes e inclusivos, para a justiça social e a coesão social, bem como para um crescimento justo e sustentável, deve ser reconhecido. E a propaganda generalizada contra tudo o que é público (investimento, serviços, trabalhadores) deve ser combatida.

Deve ser contemplada uma coordenação reforçada específica para a União Económica e Monetária (UEM), no quadro do processo de conclusão da sua arquitectura, incluindo a forma de ligar a Tesouraria do Euro ao financiamento do investimento público. Ademais, o mandato do BCE deve ser revisto e alargado, incluindo o pleno emprego nos seus alvos. Uma política económica e de emprego sólida deve apoiar a moeda única e deve ainda considerar-se a criação de um Eurogrupo de Ministros do Trabalho para além do actual Eurogrupo de Ministros das Finanças.

Os desafios suscitados pelas **alterações climáticas, o fornecimento de energia sustentável, a digitalização, a automatização e os processos de reestruturação** desencadeados pela globalização, devem ser abordados mediante uma estratégia de ‘transição justa’ que garanta que a criação de empregos de qualidade compensa a destruição de empregos, que os interesses dos trabalhadores e cidadãos são protegidos em primeiro lugar para que possam beneficiar desta nova revolução económica. Adicionalmente, a Europa precisa de uma política industrial sólida que apoie os sectores mais desenvolvidos e promova os mais inovadores no sentido dessa transição justa.

Os acordos comerciais internacionais deverão seguir a mesma lógica, terão que ser progressivos e justos, e as dimensões sociais, ambientais e públicas neles contidas deverão ser preservadas e até reforçadas. Devem manter o direito e o espaço para que os governos de todos os níveis possam legislar e dirigir serviços públicos para bem do interesse público e para que os parceiros sociais possam desenvolver o diálogo social e as relações industriais de forma autónoma.

A procura interna europeia deve ser impulsionada a fim de se alcançar uma recuperação justa. Nos últimos anos, os salários têm ficado sempre atrás da produtividade em todos os países da UE, ao passo que o custo de vida tem aumentado, pelo que agora é o momento de exigir **um aumento salarial geral para os trabalhadores europeus**. Isto deverá ser alcançado através do reforço da negociação colectiva onde ainda existe, restabelecendo-a onde foi desmantelada e criando instituições e práticas de negociação colectiva onde não existem: a capacitação dos parceiros sociais e os enquadramentos legais nacionais, onde necessários, são as ferramentas que permitirão alcançar este objectivo. Salários mínimos mais elevados deverão também ser defendidos onde necessário. **A dimensão da convergência salarial ascendente** entre países (especialmente entre países de Leste e Oeste) e sectores deve ser considerada uma ferramenta fundamental para a redução dos desequilíbrios macroeconómicos, das desigualdades (incluindo as salariais entre homens e mulheres) e de qualquer tipo de “dumping” salarial e discriminação.

RELANÇAR O MODELO SOCIAL EUROPEU: DIREITOS LABORAIS E PROTECÇÃO SOCIAL MAIS FORTES

Temos uma **crise de coesão social europeia sem precedentes** mesmo diante dos nossos olhos, com um desemprego jovem e de longa duração crescente – precariedade, fragmentação, dificuldades em aceder ao mercado de trabalho – desigualdades crescentes, exclusão social e discriminação. O Modelo Social Europeu, uma referência para o resto do mundo, foi enfraquecido, comprometido e até, em alguns países, desmantelado.

A Europa precisa de relançar e forçar o seu Modelo Social, primeiro mudando a narrativa dominante, que o vê como um obstáculo à competitividade e ao crescimento económico. Deve reconhecer-se que os países com salários elevados, diálogo social e negociação colectiva fortes e sistemas de protecção social robustos são os que têm melhor desempenho económico.

A dimensão social da União Europeia deve atingir a mesma relevância que a governação económica. É altura de estabelecer um Semestre Social Europeu e garantir que o Pilar Europeu dos Direitos Sociais não seja apenas um paliativo para reparar os efeitos da austeridade, mas sim parte da estratégia global para desenhar o futuro da Europa. A ‘economia de mercado social’, descrita por Jacques Delors, deve estar novamente no cerne da União Europeia.

A UE deve garantir que o **Pilar Europeu dos Direitos Sociais** não se torne uma promessa vã. Os trabalhadores e os cidadãos precisam de propostas concretas; medidas que façam a diferença no seu dia-a-dia e que possam melhorar as suas condições de vida e de trabalho.

Devem ser garantidos **níveis adequados de protecção e direitos sociais** a todos os cidadãos no emprego, no desemprego e na reforma. Devem ser estabelecidos **padrões europeus** para todos os países e alcançado **através da convergência ascendente**, respeitando plenamente condições melhores existentes.

Deve ser implementada **uma análise comparativa, juntamente com recomendações, legislação e financiamento eficazes e progressivos** para ajudar os Estados Membros neste processo. **Poderão ser estabelecidas ferramentas específicas ao nível da UE/UEM** para apoiar e integrar mecanismos de protecção social ineficazes ou insuficientes e financiamento a nível nacional, bem como em situações de crise ou choque social ou de emprego. Por exemplo, poderão ser considerados esquemas suplementares de desemprego e enquadramentos de rendimento mínimo (semelhantes à iniciativa Garantia Jovem / Emprego Jovem) para países mais necessitados, preservando ao mesmo tempo a autonomia dos parceiros sociais e dos sistemas nacionais existentes.

Deve ser dada prioridade a nível europeu a áreas específicas de intervenção, tais como o desemprego jovem e de longa duração, a desigualdade e a discriminação entre homens e mulheres, a pobreza (incluindo a pobreza activa) e a exclusão social, o trabalho não-declarado, as competências e a formação contínua, a transição justa, as prestações familiares, os sistemas de pensões, a saúde e os cuidados de longa duração, a discriminação de grupos carenciados e vulneráveis, a doença e a incapacidade. Todas estas áreas merecem uma convergência ascendente no sentido de melhores padrões e ferramentas adequadas e eficientes para alcançá-la. E o princípio da 'igualdade de tratamento' deve ser afirmado e implementado em todas as políticas, iniciativas e legislação da UE.

A precariedade e a fragmentação no mercado de trabalho requerem consideração específica, tal como as novas formas de actividade económica e emprego influenciadoras do futuro do trabalho. Além do **combate às antigas e novas formas de exploração**, tais como o trabalho não-declarado e o falso trabalho independente, **os trabalhadores atípicos e por conta própria** merecem medidas e enquadramentos específicos que lhes garantam os mesmos direitos que os outros trabalhadores têm, tais como o direito à negociação da sua remuneração, ao gozo da protecção social, da saúde e de pensões, ao acesso à formação contínua e à sindicalização.

O direito à livre circulação deve ser reforçado, através da protecção do Tratado de Schengen e do combate ao dumping social e garantindo uma mobilidade voluntária e justa, plena igualdade de tratamento e a integração e inclusão de trabalhadores nativos e móveis. Deve ser reforçada a portabilidade e a coordenação da protecção social na dimensão transfronteiriça. Deve ser estabelecida **uma agenda para uma migração europeia mais justa**, centrada na integração e na igualdade. Deve ser ainda estabelecida **uma política de asilo mais forte e humanitária**, baseada na solidariedade, na responsabilidade e na cooperação. É preciso criar quadros comunitários para **proteger e restabelecer os direitos dos sindicatos**, que têm sido atacados e até desmantelados desde que foram introduzidas as mais recentes políticas de austeridade.

MAIS VALORES DEMOCRÁTICOS: TRABALHADORES E CIDADÃOS NO CENTRO DA EUROPA

As instituições europeias deveriam ser mais democráticas, transparentes, responsáveis e eficientes – os trabalhadores e os cidadãos querem sentir que a sua voz é ouvida pelos decisores políticos e que a governação da UE (assim como os processos decisórios nacionais) pode ser compreendida e influenciada por eles.

Os trabalhadores e cidadãos da UE devem ser tratados de forma igual e justa. Devem ser restaurados os canais de informação, consulta e diálogo entre os trabalhadores e cidadãos europeus e as instituições, governos e partes interessadas da UE, incluindo os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil.

As eleições europeias devem constituir uma oportunidade para uma verdadeira participação democrática, dando às pessoas a possibilidade de influenciar a governação e as políticas europeias, bem como a composição da Comissão Europeia. Deve ser dado à Comissão Europeia um poder executivo sólido e reforçado o controlo democrático e a iniciativa legislativa do Parlamento Europeu.

O diálogo social entre parceiros sociais e a nível institucional, a participação dos trabalhadores e a influência sobre a política empresarial devem ser apoiados e reforçados de modo a serem mais fortes e plenamente implementados nos Estados Membros e em todos os sectores, onde necessário através de enquadramentos legais e de medidas obrigatórias para a capacitação dos parceiros sociais.

As negociações do Brexit e a inclusão do Compacto Fiscal no Tratado exigirão algumas **alterações ao Tratado**. Esta seria uma boa oportunidade para estabelecer uma Convenção com o envolvimento dos parceiros sociais e da sociedade civil, de modo a transformar profundamente o **Compacto Fiscal** numa ferramenta que apoie o crescimento sustentável e justo, **reformule o Pacto de Estabilidade e Crescimento** e introduza um **Protocolo para o Progresso Social, um Semestre Social e um Pilar Europeu de Direitos Sociais** nos tratados.

Os sindicatos devem ser envolvidos nas negociações subsequentes ao referendo britânico e são a favor de manter o acesso do Reino Unido ao mercado único, mas isto deve ser acompanhado de um total respeito pelas quatro liberdades, em particular a livre circulação de trabalhadores, e do respeito do Reino Unido pelo acervo comunitário social da UE. Os trabalhadores não podem suportar os custos do Brexit!

As negociações sobre o Brexit, como em qualquer alteração a um tratado, deverão ser vistas como uma oportunidade para reforçar e relançar os valores europeus de paz, democracia, prosperidade e justiça social – **para construir uma Europa melhor e mais justa para as pessoas**.

The ETUC is the voice of workers and represents 45 million members
from 89 trade union organisations
in 39 European countries,
plus 10 European Trade Union Federations.



5, Blvd du Roi Albert II - B- 1210 Bruxelles
Tél. 00-32-2/224 04 11
Fax 00-32-2/224 04 54/55

www.etuc.org